A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL

VIVIAN LUZIA DA SILVA

RESUMO
Uma sociedade inclusiva é aquela que acolhe membros de diferentes classes sociais em seu seio, sem discriminação, exclusão ou limitações ao desenvolvimento pessoal e coletivo. No entanto, para alcançar uma escola inclusiva, precisamos construir uma sociedade inclusiva, na qual todos nos encaixemos, com nossas diferenças e particularidades, com nossos dons e habilidades, com nossos conhecimentos e ignorâncias. Uma sociedade democrática, não no nome, mas na prática, que faça com que todos os seus membros, todos os cidadãos, se sintam iguais para participar da vida política, econômica, social e cultural, com acesso a todos os serviços, especialmente saúde, educação e moradia. Uma sociedade que acomode a todos, independentemente de status social, sexo, idade, crenças ou origem étnica, e onde todos tenhamos os mesmos direitos e obrigações, sem privilégios perante a lei ou de qualquer tipo; essa é uma sociedade inclusiva, que ofereça oportunidades para todos, sem a ideologia de que oferece as mesmas oportunidades a todos ou que torna todos iguais. Porque, de fato, existem diferenças, não apenas as mencionadas acima, mas também as de capacidades intelectuais, interesses, oportunidades sociais e nível educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Discriminação; Exclusão; Sociedade Inclusiva.

INTRODUÇÃO

A educação escolar implica a formação para a cidadania, que "implica que as pessoas se envolvam em questões que afetam a sua comunidade, seja na família, no trabalho, na vida social e nas esferas de poder". Esse envolvimento também significa solidariedade entre os membros de uma comunidade escolar, por exemplo, de modo que a responsabilidade pela educação recai não apenas sobre o professor, mas também sobre os próprios alunos, as autoridades, os pais e as autoridades civis — ou seja, sobre a sociedade como um todo.

Portanto, a educação inclusiva implica a responsabilidade de todos os atores no processo de ensino-aprendizagem e o apoio a crianças com necessidades educacionais específicas, sem a necessidade de rotulá-las como deficiências motoras, visuais, auditivas, etc., mas simplesmente de se referir a elas como necessidades educacionais específicas.

A capacidade de acolher com abertura colegas com essas características será um dos objetivos da educação, visando integrar não apenas aqueles com necessidades educacionais especiais, mas também aqueles que têm dificuldade para ingressar e permanecer na escola. Isso irá além de uma visão compassiva de tolerância e promoverá uma atitude ativa de aceitação e inclusão em todas as atividades de aprendizagem e extracurriculares, tanto por parte de professores quanto de colegas. Isso fomentará a convivência e o apoio mútuo, e não apenas a competição entre os alunos.

É evidente que em um país capitalista, com uma política oficial neoliberal, onde impera a competitividade como princípio de sucesso e conforto na vida, é mais difícil concretizar a utopia de uma escola igualitária e equitativa; no entanto, foram as utopias que conseguiram transformar as sociedades históricas e acreditar que "a educação contribui para melhorar a coesão social quando é capaz de formar para a convivência e de oferecer às pessoas um melhor horizonte de incorporação à vida produtiva, ao desenvolvimento cultural e às instituições sociais" é construir uma utopia que possa favorecer uma transformação radical da sociedade em seus valores e em suas atitudes em relação às pessoas com necessidades educacionais específicas.

Um sistema educacional inclusivo, portanto, responderia a uma sociedade democrática, equitativa e inclusiva. A reforma política rumo à democracia global também deve envolver as escolas, que impactam a esfera social — coletiva e individual — com o objetivo de alcançar uma sociedade mais solidária e cooperativa. Esse tipo de educação não tinha importância para os especialistas da época, pois nunca abordaram questões relacionadas à educação especial, à po-

lítica educacional de integração e, muito menos, à educação inclusiva.
Pessoas com deficiência têm o direito de serem incluídas, permitindo-lhes participar de uma sociedade livre com oportunidades iguais. Os professores precisam de conhecimento específico para fornecer as ferramentas necessárias para a educação de pessoas com diferentes habilidades.
A educação se baseia no respeito irrestrito à dignidade das pessoas, com foco nos direitos humanos e na igualdade substantiva. Ela tende a desenvolver harmoniosamente todas as faculdades humanas, as liberdades, uma cultura de paz e uma consciência de solidariedade internacional, na independência e na justiça; promoverá a honestidade, os valores e a melhoria contínua do processo de ensino-aprendizagem.
Os professores são agentes fundamentais no processo educacional e, portanto, sua contribuição para a transformação social é reconhecida.

Uma democracia educacional assim entendida seria insuficiente para abranger uma parcela de cidadãos frequentemente excluídos do sistema educacional, portadores de deficiências de qualquer natureza — alguns mais que outros, mas segregados ou, pior ainda, discriminados pela sociedade, pelas escolas e pelos próprios cidadãos.
Portanto, a democracia sem reforma escolar é incompleta; e a reforma, sem mudança social, é uma ilusão utópica.

A TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
A temática da Educação Inclusiva tem se tornado um assunto frequente nos tempos atuais. Os progressos na conversa sobre diversidade na sociedade frente aos métodos passados de marginalização se estendem até o campo educacional, o ambiente escolar, revelando quão profundamente essa instituição de formação social humana foi moldada por sistemas que segregam. Transformações aconteceram, apontando para a importância central da Educação, da instituição escolar no progresso humano, destacando assim a noção de que a escola é um espaço para todos. Declarações, acordos, legislações clamam, recomendam, estabelecem: a instrução é um direito universal. O ensino formal é um direito garantido a todos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, tornando-se, assim, responsabilidade do Estado proteger e promover esse direito. A escola tem o dever de contribuir para a formação social, cultural, cognitiva e científica, sendo um direito inalienável de todo ser humano, sem considerar padrões de desenvolvimento ou requisitos sociais pré-estabelecidos.
A construção de um ensino inclusivo propõe garantir oportunidades de aprendizado e socialização para todos os estudantes, independentemente de suas diferenças e limitações. Historicamente, a educação segregou grupos considerados diferentes, como visto na Grécia Antiga, onde pessoas com deficiência eram marginalizadas. O Cristianismo mudou a visão sobre o valor da vida, mas a exclusão persistiu, especialmente ligada a interpretações religiosas negativas. Com a modernização, processos globais acentuaram a exclusão, afetando o acesso a bens e serviços, agravada pela pobreza em tempos de crise econômica. Na Europa, o conceito de exclusão social ganhou destaque diante do aumento da pobreza urbana, falta de trabalho e marginalização de minorias. Segundo Sposati, a exclusão resulta em privação coletiva e limitação ao exercício pleno da cidadania.

A desigualdade social, econômica e política na sociedade brasileira atingiu um patamar tão elevado que se torna incompatível com a democratização plena da sociedade. Como consequência, tem-se mencionado a existência de uma segregação social. No Brasil, a discriminação assume formas econômicas, culturais, políticas e étnicas. Esse processo deve ser compreendido como exclusão, ou seja, a impossibilidade de compartilhar o que leva à experiência de privação, rejeição, abandono e até expulsão, muitas vezes de forma violenta, de uma parcela significativa da população. Dessa forma, trata-se de uma exclusão social e não pessoal. Não se trata de um fenômeno individual, embora afete pessoas individualmente, mas sim de uma lógica presente nas diversas relações econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira. Essa situação de privação coletiva é o que se entende como exclusão social. Ela engloba pobreza, discriminação, subalternidade, falta de equidade, falta de acessibilidade e falta de representação pública (SPOSATTI, 1996, p. 13).

Embora seja subjetiva, a exclusão social resulta de fatores coletivos e vai além de renda e educação. A Declaração de Salamanca garante o direito universal à educação e impulsiona políticas inclusivas influenciadas por documentos internacionais e nacionais (CORREIA, 1999).
A Educação Inclusiva promove justiça social e busca atender todos, conforme definido pela Declaração de Salamanca.

O princípio fundamental desta abordagem é que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem receber crianças com deficiência e crianças talentosas, crianças em situação de rua e que trabalham, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos ou áreas desfavorecidas ou marginalizadas. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.

17-18).

Portanto, a "inclusão é vista como um desafio, onde o objetivo é aprimorar a qualidade do ensino nas escolas, alcançando todos aqueles que estão com dificuldades em suas salas de aula" (MANTOAN; PRIETO; ARANTES, 2006, p. 37). O conceito de educação inclusiva pressupõe a adaptação da escola para atender à total diversidade de necessidades dos alunos dentro das escolas regulares.
De acordo com Glat e Blanco:

A educação inclusiva representa um novo paradigma educacional, concebido em uma escola onde o acesso e a permanência de todos os alunos são possíveis, e onde os mecanismos de exclusão e discriminação, anteriormente empregados, são substituídos por abordagens de identificação e superação de barreiras para a aprendizagem (GLAT; BLANCO, 2007, p. 23).

Ao abordar a inclusão, é fundamental ampliar o conceito para além dos indivíduos com necessidades educacionais especiais (NEE). Uma instituição de ensino verdadeiramente inclusiva deve acolher todas as pessoas em suas várias formas de diversidade. Observa-se que, até o presente momento, o ambiente escolar ainda não atingiu integralmente esse padrão inclusivo, não apenas em função da percepção de despreparo para receber pessoas com deficiência, mas também devido à persistente resistência ao diferente.
A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece a educação como direito universal, sem restrições. Em seu Artigo 206, determina-se que o ensino deve ser oferecido com base na igualdade de condições tanto para acesso quanto para permanência no espaço escolar. Dessa forma, assegura-se que pessoas com necessidades especiais usufruam das mesmas oportunidades educacionais nas escolas regulares.

Em um ambiente marcado pela desigualdade, as diferenças não são compreendidas, mas sim desvalorizadas.

APRENDIZAGENS E DIFICULDADES

Assim como a sociedade em geral, a escola também estabeleceu um padrão, um ideal de aluno: aquele que corresponde à sua idade escolar, está pronto para aprender, não apresenta dificuldades, é bem-comportado, tranquilo, focado, obediente e pertence a uma família heteronormativa tradicional. Contudo, a humanidade, em sua evolução histórica, reconhece cada vez mais que a realidade é outra: os alunos, assim como os membros da sociedade, são diversos e únicos em suas características. Essa percepção demanda uma reformulação e inovação em todo o sistema escolar, com estratégias de ensino que possam atender a todos os indivíduos, garantindo oportunidades equitativas.

Quando um aluno ingressa na escola, ele não está apenas entrando em uma sala de aula, mas sim em um ambiente onde a aprendizagem ocorre em todos os momentos em que ele está presente. Uma escola que abraça de forma clara uma abordagem inclusiva mobiliza todos os envolvidos para que a inclusão seja bem-sucedida. Conforme observado por Tiballi (2003), é crucial que a escola se engaje ativamente na promoção da inclusão, criando um ambiente de cooperação, tolerância e respeito pelas diferenças.

Ao desafiar os paradigmas que sustentam as abordagens tradicionais das escolas e questionar os sistemas educacionais em suas bases, como a educação integrativa e especial mencionadas anteriormente, a inclusão educacional contesta a criação e a imposição de modelos ideais, a normalização de perfis específicos de alunos e a seleção arbitrária de quem merece ou não frequentar as escolas. Isso resulta na promoção de identidades e diferenças, conforme apontado por Rodrigues (2000):

> A Educação Inclusiva não deve ser vista como uma simples evolução da abordagem integrativa na escola. Na realidade, ela representa uma ruptura, um rompimento com os valores da educação tradicional. A Educação Inclusiva se posiciona como respeitosa das diversas culturas, habilidades e potenciais de evolução de todos os alunos. Ela acredita na escola como uma comunidade educativa, defendendo um ambiente de aprendizagem diferenciado e de qualidade para todos os estudantes. É uma escola que reconhece as diferenças, trabalha com elas para o desenvolvimento e lhes atribui sentido, dignidade e funcionalidade (RODRIGUES, 2000, p. 10).

Segundo Rodrigues (2000), as escolas inclusivas são construídas sobre uma concepção de identidade e diferenças, onde as relações entre elas não são baseadas em oposições binárias (normal/especial, branco/preto, masculino/feminino, pobre/rico, transgênero/cisgênero). Nessas escolas, não se privilegia uma identidade em detrimento de outras. Na perspectiva da inclusão escolar, as identidades são transitórias, instáveis, inacabadas e, portanto, os alunos não podem ser categorizados, agrupados e fixados em categorias que se definem por características arbitrariamente escolhidas e que pouco refletem sobre o potencial real de cada aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem da educação inclusiva concebe a escola como um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento de acordo com suas capacidades, expressam livremente suas ideias, participam ativamente das atividades de ensino e se desenvolvem como cidadãos em toda a sua diversidade.

Trabalhar com a premissa da diferença significa desafiar a tendência da escola de buscar a homogeneização, de estabelecer normas para que todos os alunos alcancem um padrão ou competência específica. As diferenças devem ser reconhecidas e não fixadas nos alunos como desigualdades. Por exemplo, quando um aluno é rotulado unicamente como "aluno autista", "aluno cego", "aluno cadeirante", "aluno criado pela avó", "aluno com dislexia", "aluno atrasado", ou até mesmo "aluno de inclusão" ou "aluno especial", isso reduz a sua identidade à condição específica, ignorando a complexidade e singularidade de cada indivíduo. Portanto, é fundamental que a escola desenvolva práticas pedagógicas que promovam o respeito e a valorização das diferenças, incentivando a participação de todos os alunos, independente de suas características individuais. Essa postura não só favorece o aprendizado, como também contribui para a constru-

ção de uma sociedade mais justa e igualitária. O papel dos educadores é central nesse processo, pois cabe a eles criar estratégias de ensino que sejam flexíveis

exclusion approach? In: GARRY ROGERS, Charles Gore; FIGUEIREIDO, José (Orgs.). Social exclusion: rethoric, reality, responses. USA, International Institute for Labor Studies, 1995.

SAWAIA, B. As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001.

SAWAIA, B. Identidade – uma ideologia separatista? In: SAWAIA, Bader. As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

SILVA, O. M. A epopeia ignorada. São Paulo: CEDAS, 1986.

TIBALLI, E. F. A. Estratégias de inclusão frente à diversidade social e cultural na escola. In: LISITA, V. M. S. de S.; SOUZA, L. F. E. C. P. (Org.). Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar. Rio de janeiro: DP & A, 2003.
UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.